



ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DAS FILIPINAS NA ÁREA EDUCACIONAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
o Governo da República das Filipinas,
doravante denominados coletivamente “as Partes” e individualmente “Parte”,

Levando em conta que a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um princípio constitucional que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil, e que a política de cooperação e amizade com todas as nações é um princípio constitucional da República das Filipinas;

Que as Filipinas renunciam à guerra como instrumento de política nacional, adotam os princípios geralmente aceitos do direito internacional como parte da lei do país e aderem à política de paz, igualdade, justiça, liberdade, cooperação e amizade com todas as nações,

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão em busca da excelência de seus recursos humanos, e

Desejando aumentar a cooperação interuniversitária e educacional entre ambos os países, com o objetivo de reforçar a amizade entre o Brasil e as Filipinas,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º Objetivos

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem por objetivo:

- a) O incentivo à cooperação educacional e ao conhecimento científico, de modo a contribuir para o entendimento mútuo, observando-se as respectivas legislações nacionais;
- b) O treinamento de professores e pesquisadores e o desenvolvimento da mobilidade acadêmica;



- c) O intercâmbio de informações e experiências em educação; e
- d) O fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.

Artigo 2º **Consecução dos Objetivos**

As Partes cumprirão os objetivos estabelecidos no Artigo 1º ao promover atividades de cooperação em diferentes níveis e modalidades de ensino por meio de:

- a) Intercâmbio de estudantes, docentes, investigadores, técnicos e especialistas para realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação em instituições de ensino superior;
- b) Intercâmbio de missões educacionais e de pesquisa;
- c) Intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, seja de longo ou curto prazo, para desenvolver atividades previamente acordadas entre instituições de ensino superior e instituições que ofertam a educação profissional e tecnológica; e
- d) A elaboração e execução conjuntas de qualquer projeto ou pesquisa a ser acordado conforme a conveniência mútua das Partes, de acordo com suas respectivas legislações nacionais.

Artigo 3º **Língua e Cultura**

Cada Parte encorajará o ensino e a difusão de sua cultura e idioma no território do outro Participante.

Artigo 4º **Reconhecimento de Diplomas**

O reconhecimento por qualquer das Partes de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra Parte será regulado pelas respectivas legislações nacionais ou por acordo multilateral de que a outra Parte também seja signatário.



Artigo 5º

Admissão

O ingresso de estudantes de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela outra Parte será regido pelos processos seletivos de cada Parte. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas de seleção e procedimentos estabelecidos por esses instrumentos.

Artigo 6º

Sistema e Facilidades

As Partes poderão estabelecer sistemas de bolsas ou facilidades a estudantes e pesquisadores que lhes permitam alcançar aperfeiçoamento acadêmico e profissional, observada a legislação de cada País.

Artigo 7º

Financiamento

As Partes determinarão, pelos instrumentos adequados, condicionados à disponibilidade de recursos, as modalidades de financiamento das atividades deste Acordo, conforme a legislação corrente de cada país.

Artigo 8º

Direitos de Propriedade Intelectual

As Partes garantirão que os direitos de propriedade intelectual eventualmente gerados no âmbito deste Acordo serão protegidos pelas respectivas leis e regulamentos nacionais. Os direitos de propriedade intelectual obtidos como resultado de atividades conjuntas serão determinados em condições mutuamente acordadas e estabelecidos em contratos e acordos separadamente.

Artigo 9º

Emendas

1. Este Acordo poderá ser alterado por consentimento mútuo das Partes por meio da troca de Notas Diplomáticas, desde que sua finalidade não seja modificada.
2. Emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo 11 deste Acordo.



3. Qualquer modificação feita nos termos deste Artigo constituirá parte integrante do presente Acordo.

Artigo 10 **Resolução de Divergências**

Divergências relativas à interpretação e/ou à aplicação do presente Acordo serão resolvidas por meio de negociações diretas entre os Participantes, por canais diplomáticos.

Artigo 11 **Entrada em Vigor, Duração e Denúncia**

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após o recebimento da segunda Nota em que uma das Partes comunique à outra o cumprimento de seus respectivos procedimentos jurídicos internos.
2. O presente Acordo será válido por cinco (5) anos, renovados automaticamente por períodos sucessivos com a mesma duração, a menos de manifestação em contrário por uma das Partes. A denúncia deste Acordo deverá ser notificada por canais diplomáticos, ao menos seis (6) meses antes de sua expiração.
3. A denúncia deste Acordo não afetará a finalização de projetos, programas e atividades em curso, exceto se houver entendimento em contrário das Partes.

Assinado em Manila, em 23 de agosto de 2024, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA DAS FILIPINAS**

Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores

Enrique Manalo
Secretário de Negócios Estrangeiros



AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES IN THE FIELD OF EDUCATION

The Government of the Federative Republic of Brazil
and
the Government of the Republic of the Philippines,
hereinafter referred to collectively as "Parties" and individually as "Party",

Taking into account that the cooperation among peoples for the progress of mankind is a constitutional principle that governs the international relations of the Federative Republic of Brazil, and that the policy of cooperation and amity with all nations is a constitutional principle of the Republic of the Philippines,

That the Philippines renounces war as an instrument of national policy, adopts the generally accepted principles of international law as part of the law of the land and adheres to the policy of peace, equality, justice, freedom, cooperation, and amity with all nations,

Conscious that the accelerated global scientific and technological developments demand a new perspective in seeking excellence for their respective human resources, and

Willing to increase interuniversity and educational cooperation between both countries, aiming at the strengthening of the friendship between Brazil and the Philippines,

Have agreed as follows:

Article 1 Objectives

This Agreement, without detriment to those signed directly among educational institutions and/or other similar entities of both countries, whether in the public or private sectors, aims at:

- a) Encouraging cooperation in education and scientific knowledge, in order to contribute to their mutual understanding, yet observing their respective national legislation;
- b) Training of professors and researchers and development of academic mobility;



- c) Exchanging of information and experiences in education, and
- d) Strengthening of cooperation among research teams.

Article 2

Fulfillment of Objectives

The Parties shall fulfil the objectives established in Article 1 by promoting activities of co-operation at different levels and types of teaching through:

- a) The exchange of students, teachers, researchers, technicians and experts to pursue undergraduate and/or post-graduate courses in institutions of higher education;
- b) The exchange of educational and research missions;
- c) The exchange of students, professors and researchers, whether for a long or short term, to develop activities previously agreed on among institutions of higher education and institutions of professional and technological education; and
- d) The joint elaboration and execution of any project or research to be agreed upon at mutual convenience of the Parties, according to their respective national legislations.

Article 3

Language and Culture

Each Party shall encourage the teaching and diffusion of its culture and language in each other's territory.

Article 4

Recognition of Diplomas

The recognition by one Party of diplomas and academic degrees granted by institutions of higher education of the other Party shall be regulated by its respective national legislation or by a multilateral agreement of which the other Party is also a signatory.



Article 5 Admission

The admission of students from one Party in undergraduate and post-graduate courses offered by the other Party shall be ruled by each Party's selection procedure. Students benefiting from Agreements or specific Programs shall be subjected to the selection rules and procedures established in those instruments.

Article 6 System and Facilities

The Parties may, where applicable, establish grant systems and/or facilities to students and researchers to enable them to achieve academic and professional improvements, according to the law of each country.

Article 7 Financing

The Parties shall determine, through adequate instruments, subject to availability of funds, the modalities of financing the activities in this Agreement, according to the current law of each country.

Article 8 Intellectual Property Rights

The Parties shall ensure that the intellectual property rights eventually generated within the scope of this Agreement are protected under their respective national laws and regulations. The intellectual property rights obtained as a result of joint activities shall be determined by mutually agreed conditions and laid down in contracts and agreements separately.

Article 9 Amendment

1. This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties through the exchange of Diplomatic Notes, provided that it does not modify its purpose.



2. Amendments shall come into force according to the terms of Article 11 of this Agreement.
3. Any amendment(s) made to this Agreement pursuant to the forgoing paragraph shall form an integral part of it.

Article 10 Settlement of Disputes

Differences related to the interpretation and/or the implementation of the present agreement shall be solved by direct negotiations between the Parties, through diplomatic channels.

Article 11 Entry into Force, Duration and Termination

1. This Agreement shall come into force 30 (thirty) days after the date on which the second notification by the Parties notifying the compliance with their respective internal legal procedures is received.
2. The present Agreement shall be valid for a period of 5 (five) years, automatically renewed for further periods of equal duration unless otherwise stated by one of the Parties. The termination of this Agreement shall be notified through diplomatic channels, at least 6 (six) months prior to expiration date.
3. The termination of this Agreement shall not affect the finalization of any ongoing projects, programs or activities, unless the Parties agree otherwise.

Done in Manila, on August 23rd 2024, in duplicate, in English and Portuguese, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the text in English will prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF THE PHILIPPINES

Mauro Vieira
Minister of Foreign Affairs

Enrique Manalo
Secretary of Foreign Affairs